



**Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão**

**Relatório e Contas de 2021 da Direcção**

**e**

**Parecer do Conselho Fiscal**

**Nº 168/2021**

**Lisboa 2022**

## **Relatório da Direcção**

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 1 do artigo 13.º, da Subsecção II do Decreto-Lei n.º 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção referentes ao ano 2021.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que aconteceram ao longo do ano 2021, nesta Instituição, mostrando também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2021.

Seguidamente apresenta-se de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2021.

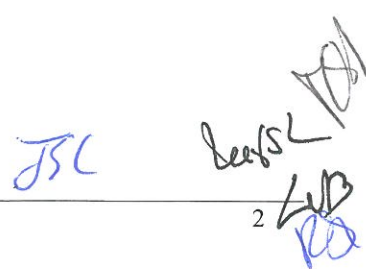
### **Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)**

#### **Desenvolvimento da Actividade**

O ano de 2021, na continuidade de 2020, manteve-se determinado por um contexto excepcional originado pela Pandemia Covid-19. Decorreu, em todas as suas vertentes, de uma forma atípica, com a manutenção dos elevados graus de incerteza e os constantes desafios ao regular desenvolvimento das actividades da Instituição.

De todo o modo, a normalidade possível foi atingida, na vida das Crianças, assim como dos funcionários do Refúgio Aboim Ascensão. De salientar, o enorme esforço acrescido de todos, que a possibilitaram.

Consequentemente, os diversos Departamentos, realizaram as suas actividades de acordo com as premissas, missão e objectivos da Emergência Infantil – “Pelo Direito ao Colo”. Assim,



## **1. Humana e Financeira**

### **a. Humana**

#### **1) Crianças**

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

#### **2) Técnicos e Funcionários**

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

### **b. Financeira**

#### **1) Cooperação com o Estado**

Ao nível dos Acordos foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente, o que obrigou a uma pressão e acompanhamento ainda mais efectivos e constantes por parte do Director do Refúgio Aboim Ascensão (RAA).

#### **2) Fundraising**

O exercício de 2021 manteve-se, neste capítulo, particularmente difícil, uma vez que, em contexto de Pandemia, com os eventos e visitas restringidas na sua quase totalidade, o esforço de consolidação e/ou intensificação dos apoios existentes obrigou a uma multiplicação de contactos, pelas formas e vias possíveis, ainda mais persistentes e, necessariamente, eficazes.

Apesar deste enquadramento, continuamos a salientar o contínuo apoio manifestado pela Sociedade Civil, através dos donativos e consignação de IRS, que muito nos orgulha e responsabiliza.

## **2. Jurídica e Regulamentar**

Quatro grandes vertentes:

JSL  
Ref/S2  
4/3  
10/1

- a. Direito das Crianças: acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.
- b. Recursos Humanos: Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.
- c. Gestão corrente: Apoio técnico ao nível das questões relacionados com a gestão do património da Associação, assim como com a gestão dos processos de aquisição de novo património decorrente da atividade de mecenas e apoiantes da causa do RAA.
- d. Gestão associativa: Apoio técnico ao nível da elaboração de toda a documentação legal necessária para a prossecução da atividade do RAA.

### 3. Médica

Para além do quanto é do conhecimento do Ministério da Saúde, a conjuntura de Pandemia, num enquadramento tão específico como é o do acolhimento de Crianças de muito baixa idade, com todos os seus antecedentes pessoais e familiares e ainda as patologias que tantas vezes lhes estão associadas, originou dificuldades acrescidas na área médica. De todo o modo, e mantendo a protecção total das nossas Crianças em relação aos riscos inerentes à COVID-19, foi possível o continuado apoio médico especializado, em todas as vertentes, mantendo-se as deslocações necessárias e com a frequência adequada a consultas nas mais diversas especialidades, quer na região do Algarve, quer fora dela. Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA catorze (14) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenate ao nível Médico manteve-se, apesar da permanência do estado pandémico, durante todo o ano de 2021.

### 4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2021. A tipologia das crianças acolhidas requer esforços suplementares nesta actividade. Apesar dos condicionalismos relacionados com a Pandemia mais ou menos restritivos, ao nível dos Tribunais, foi possível manter o correlato jurídico das decisões em Tribunal e que continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar



neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeuta, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de 23 (vinte três) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

## 5. Social

No ano de 2021 foram integradas nas suas famílias biológicas e adoptivas mais de três dezenas de crianças (32).

Como do antecedente demos continuidade, e com os meios disponíveis:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;
- Ao envio de relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;
- Ao acompanhamento de três (3) crianças no período de vinculação observada para a adopção;

## 6. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – Frequentaram 19 Crianças  
- Ensino Básico (2ºciclo) – Frequentaram 9 Crianças

JSC  
LWB  
101  
105

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear, e apesar de todas as condicionantes largamente conhecidas derivadas da COVID-19 foram desenvolvidas actividades para que as crianças pudessem ter usufruído de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados. No que foi possível, e tendo em conta a prevalência de uma componente médico-sanitária que envolva Crianças e Funcionárias, mantivemos a relação com o exterior e toda a envolvente.

b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer ao nível Nacional, quer Internacional, preferencialmente à distância, com a utilização dos meios informáticos disponíveis

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu, através das plataformas informáticas disponíveis e, presencialmente, sempre que se considerou adequado e seguro.

## 7. Voluntariado

No ano de 2021 continuou em suspenso o projecto de Voluntariado por considerarmos ser um risco acrescido reiniciar esta actividade, dada a manutenção da situação pandémica.

O apoio Voluntário, externo, na área da Medicina, de Médicos especialistas nas áreas da Dermatologia, Oftalmologia e Estomatologia, continuou a decorrer.

Durante o ano lectivo, o Voluntariado decorre ao fim-de-semana, ou em períodos em que haja necessidade. Para além deste Voluntariado habitualmente, também, decorrem outras actividades pontuais e, a título voluntário, dinamizadas/realizadas, durante o ano, tais como: peças de teatro, actividades de expressão plástica, ateliers diversificados, actividades desportivas, dinamização/contagem de Histórias, entre outras. Também estas actividades se mantiveram suspensas.

A actividade de voluntariado no Verão organiza-se por quinzenas. Antes dos Voluntários iniciarem é realizada uma acção de formação e efectuada reunião para explicar aos voluntários todos os procedimentos inerentes à actividade. Posteriormente segue-se visita com o grupo de voluntários, com o objectivo de mostrar as instalações, dar a conhecer o trabalho desenvolvido na Instituição, de apresentar os voluntários aos funcionários e efectivar-se o acolhimento dos mesmos no ambiente Institucional. Este ano o Voluntariado de Verão voltou a não se realizar.

## 8. Visitas/Eventos

### JULHO

28- Presença na Instituição de Mark e Kim Robson, filho do falecido Sir Bobby Robson, Treinador de Futebol Britânico e, sua esposa. Família Benemérita da Instituição.

### OUTUBRO

13 – Participação do Director, Dr. Villas-Boas, na inauguração da nova casa de acolhimento residencial, da Associação Ajuda de Berço, em Lisboa. Esta foi benzida por Sua Eminência o Cardeal D. Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa, na presença de Sua Excelência, o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

22- Visita da BP- Portugal, no âmbito da parceria que existe, há mais de uma década, com a Instituição. Esteve presente a actual Presidente da BP, Dr.<sup>a</sup> Sílvia Barata, a Directora de Marketing e Comunicação, Dr.<sup>a</sup> Helena Tomázio e, a Directora de Marketing, Dr.<sup>a</sup> Ana Maçarico.

### NOVEMBRO

12- Filmagens na Instituição e entrevista ao Director, Dr. Villas-Boas, pela estação de televisão SIC para a Reportagem Especial da SIC Noticias: “Eu, a minha Mochila e mais nada”. Reportagem que conta que Portugal é dos Países da Europa com maior percentagem de crianças em perigo colocadas em Instituições. (Reportagem que passou no dia 15 de Janeiro de 2022).

### DEZEMBRO

17- Comparência de colaboradores do Grupo EDP com o objectivo de efectuarem donativo: entrega de brinquedos.

17 – Presença de elementos do Rotary Estoi Palace Internacional, com o objectivo de efectuarem oferta de ursinhos artesanais, feitos à mão, em croché e, algum equipamento



necessário para a Instituição, no âmbito da campanha realizada “ Sponsor a Happy Bear and Help a Child”. Esteve presente Christine Fay e Willem Van Milink.

18 – Oferta de 80 bonecas e bonecos de tecido, elaborados à mão, entregues como “miminho de Natal” pelo Atelier de brinquedos da Associação Sénior Castrense, de Castro Verde.

18- Chegada da “Luz da Paz de Belém” às instalações do Refúgio. Esta iniciativa começou em 1986, pela “Austrian Broadcasting Company”, como parte de uma actividade de caridade para crianças em dificuldades na Áustria e em países vizinhos; Desde 1989, tem sido realizada em cooperação entre Escuteiros e Guias de inúmeros países, o que permite que a “Luz da Paz de Belém” seja partilhada “pela Europa e fora dela, ganhando um âmbito mundial”.

18 – Desfile tradicional dos Pais Natal Motards, organizado pelo Moto Clube de Faro. O desfile tem um cariz solidário, com passagem obrigatória em algumas instituições, como é o caso do Refúgio Aboim Ascensão, onde normalmente são oferecidas prendas às crianças carenciadas. Este ano sem entrarem nas Instalações mas, marcando na mesma a sua presença, na rua em frente, fizeram as delícias das crianças que estiveram a assistir, juntamente com as Educadoras e Funcionárias da Instituição.

21- Donativo da marca desportiva ADIDAS, no âmbito de pedidos de Natal efectuados por algumas das nossas crianças.

22 – Entrega de brinquedos pelo Núcleo de Árbitros de Futebol António Matos (NAFAM), sediado no concelho de Faro. Entrega esta inserida no movimento da Associação Portuguesa “APAF Solidária”. O NAFAM fez-se representar pelo seu Presidente de Direcção, o Árbitro Diogo Brás.

22 – Presença de colaboradores, do Grupo Lusíadas Saúde, para oferta de donativo.



23 – Oferta de brinquedos pelo Clube Desportivo ARENA Faro, doados pelos seus parceiros, associados e amigos, através do projecto de solidariedade “Arena Fam”.

27 – Oferta de brinquedos pelo GYMNASIUM Faro, no âmbito da campanha efectuada: “Bring a Toy”, entre 1 a 18 de Dezembro. Em troca ofereciam uma aula especial de Natal, de PowerJump.

### Mecenato

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Brian and Rosie Sunderland
- Altice / Pontos MEO
- BP Portugal
- Laboratórios Sarbec
- Joana Vasconcelos
- Luísa Gabriela Sousa Santos
- Association A.M.O.R.
- Maria Graciete Fernandes Teixeira
- Pied Rougia Paris
- Clube de Golfe da Quinta do Lago

### Património da Associação

#### Colónia Balnear da Ilha de Faro

As crianças do RAA continuam a utilizar Colónia Balnear nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro permitem que as crianças, com idade superior a 3 anos, passem os meses estivais com os colaboradores do RAA.

Como todos os anos, realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Continua em aberto a possibilidade de parcerias com entidades públicas ou privadas para a partilha de utilização da Colónia.

### **Horta do Canto**

#### ▪ **Arrendamento**

Continua arrendada a parcela urbana deste imóvel, artigo matricial U-4633.

#### ▪ **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

### **Imóvel Rua Ascensão Guimarães 1, Faro - Casa de Fresco**

Terminaram as obras de recuperação e restauro e foram executados e entregues na Câmara Municipal de Faro os projectos de arranjos do espaço exterior envolvente à Casa de Fresco da Antiga Quinta do Cercado e consequente pedido de licenciamento.

Foi lançada uma consulta para a execução do projecto de arranjos exteriores e especialidades, mas a proposta recebida foi considerada elevada. Foi decidido lançar nova consulta.

## **Assembleias Gerais**

Em 2021 realizaram-se três Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 25 de Março de 2021, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2020.
- Assembleia Ordinária realizada a 25 de Novembro de 2021, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2022; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2022; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2022; Alteração aos Estatutos em conformidade com o ofício do Centro Distrital de Lisboa do Instituto da Segurança Social, recebido a 13 de Outubro de 2021: “*aperfeiçoamento do n.º 5 do artigo 9.º dos Estatutos.*”

*uma vez que não existe prorrogação dos mandatos, mas antes a manutenção em funções até à posse dos novos titulares, nos termos do estabelecido no n.º 2 do Artigo 21.º-C do EIPSS.”*

*Redacção actual - Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à tomada de posse dos novos titulares dos órgãos da Associação.*

*Redacção proposta - Quando não seja possível eleger os titulares para os órgãos sociais antes do fim do respetivo mandato, considera-se que os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.*

### **Massa associativa**

Em 2021 faleceram três associados e desistiu um.

### **Contas da Direcção**

O exercício de 2021 decorreu, na sua totalidade, em contexto de dúvida e complexidade decorrentes da manutenção da Pandemia Covid-19. De todo o modo, foi possível o controlo dos Gastos (decréscimo em cerca de 4%), através, p.e., da renegociação de preçários, apesar da manutenção dos elevados níveis de despesas relacionadas com o controlo da infecção por SARS-Cov-2.

Ao nível dos rendimentos, e não obstante a manutenção dos Protocolos estabelecidos com o Estado, nas condições existentes em exercícios anteriores e da persistência, em níveis similares, da receita relacionada com a consignação do 0,5% do IRS, a situação pandémica obviou a realização de eventos que tradicionalmente decorriam, organizados por Mecenas Estrangeiros, assim como dos donativos monetários da Ryanair.

A redução desta origem de rendimentos, de importância fulcral para a Instituição foi, apesar de tudo, parcialmente colmatada por outros, de fontes diversas.

Continua a fazer parte da realidade do acolhimento temporário e precoce - Emergência Infantil – de Crianças na faixa etária 3-4 anos e 6 ou mais anos, a necessidade de se edificar e dispor de um espaço mais adequado ao crescimento e desenvolvimento daquelas Crianças, em matéria de cubiculização e/ou confinamento.



A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, se saldou com um resultado positivo de € 39,25.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2022

### A Direcção

Prof. Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá

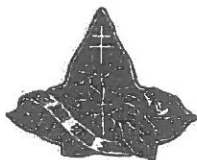
Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos

Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos

Cor. Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques

D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos





**ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO**  
Instituição Particular de Solidariedade Social

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Exmos Senhores Associados,

1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas e Relatório de Gestão apresentados pela Direção da ASSOCIAÇÃO DA BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que evidenciam um resultado líquido positivo de 39,25 euros.
2. Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Associação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação contabilística. No âmbito das consequências legalmente estabelecidas considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.
3. No final do exercício analisámos o Relatório de Gestão, apresentado pela Direção tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Verificámos igualmente as contas que nos foram submetidas para emissão de parecer, as quais estão em conformidade com os princípios contabilísticos. Apreciamos também a Certificação Legal de Contas, que merece toda a nossa concordância.
5. Como resultado das ações de fiscalização exercidas, somos da opinião que as contas apresentadas, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e correspondente Anexo, refletem a situação económica e financeira da Associação à data que se reportam.
6. Nestas condições somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:
  - o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;
  - a proposta de aplicação dos Resultados apresentados pela Direção.

Lisboa, 8 de março de 2022

J Bastos

Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos

Dr. António Luis Isidro de Pinho

Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro



# **Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão**

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

## **Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2021**

## Índice

Índice .....	2
Balanço em 31 de dezembro de 2021 .....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Período findo em 31 de dezembro de 2021 .....	4
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	5
Período findo em 31 de dezembro de 2021 .....	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2021 e período 2020.....	6
Anexo.....	7
1. Identificação da Entidade.....	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	7
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	7
3.1. Bases de Apresentação.....	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	16
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	16
6. Propriedades de investimento .....	17
7. Ativos Intangíveis .....	17
8. Inventários .....	18
9. Rédito .....	19
10. Subsídios, doações e legados à exploração .....	19
11. Instrumentos financeiros .....	19
11.1. Investimentos financeiros .....	20
11.2. Estado e Outros Entes Públicos .....	20
11.3. Créditos a receber .....	20
11.4. Caixa e Depósitos Bancários .....	20
11.5. Fornecedores.....	21
11.6. Outros passivos correntes .....	21
12. Benefícios dos empregados .....	21
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
14. Outras Informações.....	22
14.1. Diferimentos.....	22
14.2. Fundos Patrimoniais .....	23
14.3. Fornecimentos e serviços externos .....	24
14.4. Outros rendimentos .....	25
14.5. Outros gastos.....	25
14.6. Acontecimentos após data de Balanço .....	25

## Balanço em 31 de dezembro de 2021

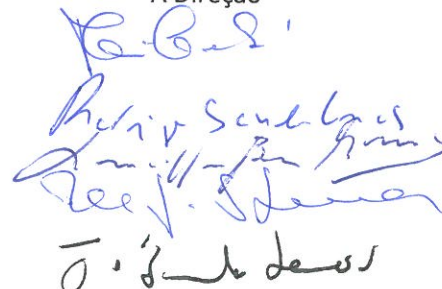
Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1 620 203,32	1 702 830,32
Investimentos financeiros	11.1	7 948,68	6 466,68
	Subtotal	<u>1 628 152,00</u>	<u>1 709 297,00</u>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	212 138,65	188 647,38
Créditos a receber	11.3	60 640,90	45 097,49
Estado e outros Entes Públicos	11.2	2 888,86	2 211,54
Diferimentos	14.1	33 630,96	34 098,73
Caixa e depósitos bancários	11.4	3 385 274,44	3 359 112,13
	Subtotal	<u>3 694 573,81</u>	<u>3 629 167,27</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><b>5 322 725,81</b></u>	<u><b>5 338 464,27</b></u>
<b>Fundos patrimoniais e Passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	14.2	122 199,75	122 199,75
Reservas	14.2	287 432,29	287 432,29
Resultados transitados	14.2	3 742 514,57	3 764 563,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	836 688,68	841 500,27
Resultado Líquido do período		39,25	(22 048,93)
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<u><b>4 988 874,54</b></u>	<u><b>4 993 646,88</b></u>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11.5	46 505,04	39 808,27
Estado e outros Entes Públicos	11.2	42 785,92	43 433,74
Diferimentos	14.1	19 980,44	24 165,37
Outros passivos correntes	11.6	224 579,87	237 410,01
	Subtotal	<u>333 851,27</u>	<u>344 817,39</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><b>333 851,27</b></u>	<u><b>344 817,39</b></u>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<u><b>5 322 725,81</b></u>	<u><b>5 338 464,27</b></u>

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção





## Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de dezembro de 2021

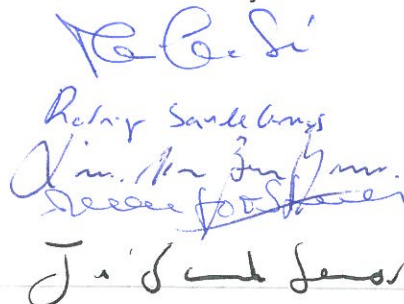
Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	160,00	165,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1 920 192,40	1 871 026,82
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	8	(225 163,88)	(246 137,59)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(459 028,21)	(454 744,61)
Gastos com o pessoal	12	(1 793 409,83)	(1 797 276,08)
Outros rendimentos	14.4	680 022,33	820 080,78
Outros gastos	14.5	(22 562,60)	(86 657,01)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>100 210,21</b>	<b>106 457,31</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(100 170,96)	(128 506,24)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>39,25</b>	<b>(22 048,93)</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>39,25</b>	<b>(22 048,93)</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>39,25</b>	<b>(22 048,93)</b>

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



## Demonstração de Fluxos de Caixa

### Período findo em 31 de dezembro de 2021

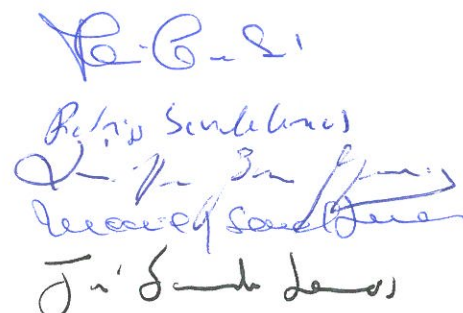
Rubricas	Notas	Períodos	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>			
Pagamento a fornecedores		(598 025,89)	(608 798,52)
Pagamentos ao pessoal		(1 306 813,90)	(1 281 930,62)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(1 904 839,79)</b>	<b>(1 890 729,14)</b>
Outros recebimentos/pagamentos		(518 180,27)	(664 331,21)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>(2 423 020,06)</b>	<b>(2 555 060,35)</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	(17 526,89)	(17 997,19)
Investimentos financeiros		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Investimentos financeiros		71 116,26	74 249,72
Juros e rendimentos similares		276,54	1 197,91
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)</b>		<b>53 865,91</b>	<b>57 450,44</b>
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Doações		179 999,48	314 940,67
Outras operações de financiamento		2 215 316,98	2 179 664,90
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)</b>		<b>2 395 316,46</b>	<b>2 494 605,57</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>26 162,31</b>	<b>(3 004,34)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>3 359 112,13</b>	<b>3 362 116,47</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	11.4	<b>3 385 274,44</b>	<b>3 359 112,13</b>

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



## Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais no período 2021 e período 2020

### Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2020

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2020	1	122 199,75	287 432,29	3 746 130,28	703 588,08	18 433,22	4 877 783,62	4 877 783,62
<b>Alterações no período</b>								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				18 433,22	137 912,19	(18 433,22)	137 912,19	137 912,19
	2	-	-	18 433,22	137 912,19	(18 433,22)	137 912,19	137 912,19
<b>Resultado Líquido do Período</b>	3					(22 048,93)	(22 048,93)	(22 048,93)
<b>Resultado Integral</b>	4=2+3					(40 482,15)	115 863,26	115 863,26
<b>Operações com Instituidores no Período</b>								
	5	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2020	6=1+2+3+4	122 199,75	287 432,29	3 764 563,50	841 500,27	(22 048,93)	4 993 646,88	4 993 646,88

Montantes expressos em Euros 0

### Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais em 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	O. variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
Posição no início do ano 2021	6	122 199,75	287 432,29	3 764 563,50	841 500,27	(22 048,93)	4 993 646,88	4 993 646,88
<b>Alterações no período</b>								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(22 048,93)	(4 811,59)	22 048,93	(4 811,59)	(4 811,59)
	7	-	-	(22 048,93)	(4 811,59)	22 048,93	(4 811,59)	(4 811,59)
<b>Resultado Líquido do Período</b>	8					39,25	39,25	39,25
<b>Resultado Integral</b>	9=7+8					22 088,18	(4 772,34)	(4 772,34)
<b>Operações com Instituidores no Período</b>								
	10	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do ano 2021	6+7+8+10	122 199,75	287 432,29	3 742 514,57	836 688,68	39,25	4 988 874,54	4 988 874,54

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



Pedro Sampaio  
 António Pinheiro  
 Vereador  
 João de Deus

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

---

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 11.6) e “Diferimentos” (Nota 14.1)

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a

alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

### 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### 3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “*Ativos Fixos Tangíveis*”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em curso*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2015 de 29 de julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

### 3.2.3. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.



As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.4. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### 3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

JSU  
LMB  
VGA  
BESS  
M&A

A

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros são registados no momento do recebimento.

#### Cientes, utentes e outros créditos a receber

Os “*Cientes e utentes*” e os “*Outros créditos a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

JSL  
M81  
Lup  
Lup



### Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

### **3.2.7. Rédito**

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

### **3.2.8. Provisões**

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

### 3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

*“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

JSL [assinatura] 4/3

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*"

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2016 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.11. Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

### **3.2.12. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos, ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/ transações.

### **3.2.13. Eventos subsequentes**



Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas ou estimativas contabilísticas, nem foram detetados quaisquer erros.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2020 e 2021, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

##### 31 de dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Depreciações	Alienações / Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	458 689,21			<b>458 689,21</b>
Edifícios e outras construções	1 899 461,25	11 571,23	135 956,96	<b>2 046 989,44</b>
Equipamento básico	508 351,09	4 639,44	1 037,00	<b>514 027,53</b>
Equipamento de transporte	568 094,81			<b>568 094,81</b>
Equipamento administrativo	358 185,95	1 500,22	(7 708,21)	<b>351 977,96</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	205 555,43	-		<b>205 555,43</b>
Obras em curso	135 956,96	(135 956,96)		-
<b>Total</b>	<b>4 134 294,70</b>	<b>(118 246,07)</b>	<b>129 285,75</b>	<b>4 145 334,38</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	(926 143,62)	(42 611,05)	4 984,80	<b>(963 769,87)</b>
Equipamento básico	(472 932,90)	(13 842,29)	2 115,84	<b>(484 659,35)</b>
Equipamento de transporte	(497 287,99)	(38 446,70)		<b>(535 734,69)</b>
Equipamento administrativo	(335 497,74)	(8 952,43)	4 388,45	<b>(340 061,72)</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	(199 602,13)	(1 303,30)		<b>(200 905,43)</b>
<b>Total</b>	<b>(2 431 464,38)</b>	<b>(105 155,77)</b>	<b>11 489,09</b>	<b>(2 525 131,06)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1 702 830,32</b>	<b>(223 401,84)</b>	<b>140 774,84</b>	<b>1 620 203,32</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JSL", "18/12/21", and a large signature.



<b>31 de dezembro de 2020</b>				
	<b>Saldo em 01-Jan-2020</b>	<b>Aquisições / Depreciações</b>	<b>Alienações / Transferências</b>	<b>Saldo em 31-Dez-2020</b>
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	424.189,10	34.500,11	-	<b>458.689,21</b>
Edifícios e outras construções	1.795.960,91	103.500,34		<b>1.899.461,25</b>
Equipamento básico	503.000,09	10.143,32	(4.792,32)	<b>508.351,09</b>
Equipamento de transporte	605.504,66		(37.409,85)	<b>568.094,81</b>
Equipamento administrativo	350.747,60	11.853,87	(4.415,52)	<b>358.185,95</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	205.555,43			<b>205.555,43</b>
Obras em curso		135.956,96		<b>135.956,96</b>
<b>Total</b>	<b>3.884.957,79</b>	<b>295.954,60</b>	<b>(46.617,69)</b>	<b>4.134.294,70</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Edifícios e outras construções	(891.222,06)	(34.921,56)	-	<b>(926.143,62)</b>
Equipamento básico	(461.876,20)	(15.138,40)	4.081,70	<b>(472.932,90)</b>
Equipamento de transporte	(467.357,55)	(67.340,29)	37.409,85	<b>(497.287,99)</b>
Equipamento administrativo	(331.624,88)	(8.288,38)	4.415,52	<b>(335.497,74)</b>
Outros Ativos fixos tangíveis	(196.784,52)	(2.817,61)	-	<b>(199.602,13)</b>
<b>Total</b>	<b>(2.348.865,21)</b>	<b>(128.506,24)</b>	<b>45.907,07</b>	<b>(2.431.464,38)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>1.536.092,58</b>	<b>167.448,36</b>	<b>(710,62)</b>	<b>1.702.830,32</b>

O valor transferido em "obras em curso" para rubrica "edifícios" resulta da conclusão das obras do Torreão.

## 6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações estão registados como ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2).

## 7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2020 e 2021:

JSL  
4B  
beste

<b>31 de dezembro de 2021</b>				
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Depreciações	Abates	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>				
Programas de Computador	11 409,94			<b>11 747,94</b>
<b>Total</b>	<b>11 409,94</b>	-	-	<b>11 409,94</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Programas de Computador	(11 409,94)	-		(11 409,94)
<b>Total</b>	<b>(11 409,94)</b>	-	-	<b>(11 409,94)</b>
<b>Total Líquido</b>	-	-	-	-

<b>31 de dezembro de 2020</b>				
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Depreciações	Abates	Saldo em 31-Dez-2020
<b>Custo</b>				
Programas de Computador	11 747,94		(338,00)	<b>11 747,94</b>
<b>Total</b>	<b>11 747,94</b>	-	<b>(338,00)</b>	<b>11 409,94</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Programas de Computador	(11 747,94)		338,00	(11 409,94)
<b>Total</b>	<b>(11 747,94)</b>	-	<b>338,00</b>	<b>(11 409,94)</b>
<b>Total Líquido</b>	-	-	-	-

## 8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

### 31 de dezembro de 2021

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Venda	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	188 647,38	188 359,10	60 296,05	(225 163,88)	212 138,65
<b>Total</b>	<b>188 647,38</b>	<b>188 359,10</b>	<b>60 296,05</b>	<b>(225 163,88)</b>	<b>212 138,65</b>

JSL

## 31 de dezembro de 2020

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	201.929,23	91.431,76	141.424,98	(246.138,59)	188.647,38
<b>Total</b>	<b>201.929,23</b>	<b>91.431,76</b>	<b>141.424,98</b>	<b>(246.138,59)</b>	<b>188.647,38</b>

## 9. Rédito

Durante os exercícios de 2021 e 2020 os réditos obtidos provêm na sua totalidade de quotizações dos associados.

## 10. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios:</b>		
Centro regional da Segurança Social	1 572 808,40	1 523 642,82
Autarquias	250,00	250,00
Ministérios	347 134,00	347 134,00
<b>Total</b>	<b>1 920 192,40</b>	<b>1 871 026,82</b>

A variação positiva das participações da segurança social são decorrentes do compromisso de cooperação para a o setor social e solidário.

## 11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2021 e 2020, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

**11.1. Investimentos financeiros**

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2021	2020
<b>Outros Investimentos financeiros:</b>		
Títulos da dívida pública	255,36	255,36
Fundo de Compensação do Trabalho	7 693,32	6 211,32
<b>Total</b>	<b>7 948,68</b>	<b>6 466,68</b>

**11.2. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 888,86	2 211,54
<b>Total</b>	<b>2 888,86</b>	<b>2 211,54</b>
<b>Passivo</b>		
Retenção de impostos sobre rendimentos	12 344,90	11 889,00
Segurança Social	30 134,08	31 285,66
FCT e FGCT	306,94	259,08
<b>Total</b>	<b>42 785,92</b>	<b>43 433,74</b>

Os valores registados em passivo foram pagos em janeiro de 2022.

**11.3. Créditos a receber**

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	2 200,00	6 244,23
Adiantamentos a Fornecedores gerais	419,94	1 348,80
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas	1 144,97	3 439,78
Outros Devedores	56 875,99	34 064,68
<b>Total</b>	<b>60 640,90</b>	<b>45 097,49</b>

**11.4. Caixa e Depósitos Bancários**

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JSC" and "LKA".



A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	5 863,09	8 123,49
Depósitos à ordem	357 411,35	378 941,97
Depósitos a prazo	3 022 000,00	2 972 046,67
<b>Total</b>	<b>3 385 274,44</b>	<b>3 359 112,13</b>

### 11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2021 de 46.505,04 euros (39.808,27 euros em 2020) referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação, na sua maioria com maturidade inferior a 30 dias.

### 11.6. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Pessoal:		
Remunerações a pagar	184,12	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	209 366,44	209 366,49
Outros acréscimos de gastos	9 217,59	21 693,43
Outros credores	5 811,72	6 350,09
<b>Total</b>	<b>224 579,87</b>	<b>237 410,01</b>

### 12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2020 e 2021 foi de “93” e “88”, respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8, sendo remunerado o presidente do conselho fiscal sob a forma de prestação de serviços.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	1 453 723,52	1 450 666,64
Indemnizações	3 092,10	-
Encargos sobre as Remunerações	290 874,02	290 631,21
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	13 849,32	16 783,12
Outros Gastos com o Pessoal	31 870,87	39 195,11
<b>Total</b>	<b>1 793 409,83</b>	<b>1 797 276,08</b>

### 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação.

#### 14.1. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Gastos diversos a reconhecer	33 630,96	34 098,73
<b>Total</b>	<b>33 630,96</b>	<b>34 098,73</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Rendas de imóveis	3 368,04	4 415,62
Outros rendimentos a reconhecer	16 612,40	19 749,75
<b>Total</b>	<b>19 980,44</b>	<b>24 165,37</b>

Os “Gastos diversos a reconhecer” são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido é reconhecido em simultâneo como rendimento de donativo em espécie.

#### 14.2. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

##### 31 de dezembro de 2021

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 764 563,50	-	-	(22 048,93)	3 742 514,57
O. variações fundos patrimor	841 500,27	184	(4 995,59)	-	836 688,68
Resultado do Exercício	(22 048,93)	39,25	-	22 048,93	39,25
<b>Total</b>	<b>4 993 646,88</b>	<b>223,25</b>	<b>(4 995,59)</b>	<b>-</b>	<b>4 988 874,54</b>

##### 31 de dezembro de 2020

Descrição	Saldo em 01-12-2019	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2019
Fundos	122 199,75	-	-	-	122 199,75
Reservas	287 432,29	-	-	-	287 432,29
Resultados transitados	3 746 130,28	-	-	18 433,22	3 764 563,50
O. variações fundos patrimor	703 588,07	142 980,45	(5 068,25)	-	841 500,27
Resultado do Exercício	18 433,22	-	(22 048,93)	(18 433,22)	(22 048,93)
<b>Total</b>	<b>4 877 783,61</b>	<b>142 980,45</b>	<b>(27 117,18)</b>	<b>-</b>	<b>4 993 646,88</b>

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Anualmente, da rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”, são transferidos para “Outros rendimentos” os valores relativos à depreciação dos ativos doados.

### 14.3. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Trabalhos especializados	23 162,65	24 395,30
Publicidade e propaganda	1 491,98	885,60
Vigilância e segurança	-	125,65
Honorários	91 460,00	93 468,50
Conservação e reparação	106 937,96	70 161,04
Serviços bancários	1 460,97	1 709,09
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	29 648,48	47 952,45
Livros e documentação técnica	126,67	-
Material de escritório	9 523,53	9 898,67
Artigos para oferta	467,64	1 449,94
Outros serviços	5 051,18	6 292,52
Eletricidade	59 130,15	59 236,28
Combustíveis	28 466,24	23 072,69
Água	15 599,24	15 590,56
Gás	7 885,22	6 541,75
Deslocações, estadas e transportes	5 852,56	5 827,11
Comunicação	23 725,5	30 214,34
Seguros	6 132,06	5 925,12
Contencioso e notariado	225,20	417,80
Despesas de Representação	3 398,01	3 318,84
Limpeza, higiene e conforto	7 893,16	10 187,14
Encargos de saúde com utentes (Prod. Farmacia)	16 892,52	21 188,15
Outros	14 497,29	16 886,07
<b>Total</b>	<b>459 028,21</b>	<b>454 744,61</b>



**14.4. Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	57 134,77	59 781,04
Consignação de IRS	233 929,41	235 970,22
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Rendas de imóveis	71 116,26	79 269,89
Correções relativas a períodos anteriores	7 529,02	35 253,43
Depreciação de Activos Fixos Doados	4 995,59	5 068,26
Benefícios de penalidades contratuais	276,47	4 608,00
Donativos em espécie	100 542,95	128 892,71
Donativos monetários	196 287,04	217 076,17
Processos de tribunal	6 110,00	51 763,35
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	483,40	954,03
Outros	1 617,42	1 443,68
<b>Total</b>	<b>680 022,33</b>	<b>820 080,78</b>

A diminuição do valor da rubrica em 2021 em relação a 2020 deveu-se essencialmente ao menor valor recebido de donativos (monetários, em espécie e de processos em tribunal).

**14.5. Outros gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	4 397,39	2 029,90
Perdas em inventários	746,28	71 729,70
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:		
Abates	167,82	171,04
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	8 879,99	3 809,74
Donativos	40,00	-
Quotizações	946,29	1 471,99
Apoio pecuniário a carenciados	3 101,00	3 101,00
Apoio em espécie	830,64	1 460,86
Outros não especificados	3446,14	2 876,66
Juros de mora e compensatórios	7,05	6,12
<b>Total</b>	<b>22 562,60</b>	<b>86 657,01</b>

**14.6. Acontecimentos após data de Balanço**

Durante o exercício de 2021 decorreu a pandemia Covid-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde, cujos eventuais impactos no futuro da Associação não são quantificáveis pela direção.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 24 de fevereiro de 2022.

O Contabilista Certificado



A Direção



Recepção Saneamento  
Direção de Serviços  
Barragem Saneamento  
José S. de Jesus